

RESÍDUOS DO PROGRESSO: urbanização, modernidade e limpeza pública em Natal na Primeira República

Francisco Carlos Oliveira de Sousa *

RESUMO

Sob a visão dos republicanos, alçados ao poder em 1889 com a ruína da Monarquia no Brasil, os melhoramentos implantados durante a transição do século XIX para o século XX, colocavam Natal nos trilhos da modernidade prometida pela nova forma de governo. Nesse contexto marcado por tensões, agravadas por intermitentes migrações, a questão da limpeza pública provocou significativos desafios a determinados setores da população. Em especial, àqueles situados nos extremos da pirâmide social da capital potiguar. Para as elites locais, condutoras do processo de modernização, sem uma intervenção drástica o saneamento e o aformoseamento da urbe estariam comprometidos pelos munícipes mais humildes. Era preciso disciplinar o crescimento e higienizar a cidade para evitar o caos urbano. Mais ainda, resolver essa questão implicaria em conquistar a inserção na modernidade.

Palavras-chave: urbanização, modernidade, limpeza pública.

ABSTRACT

After the ruin of Monarchy in Brazil in 1889, the republicans took over in 1889 believing that the advancements of the transition from the nineteenth century to the twentieth century would place Natal in the tracks of modernity, a promising goal of the new system of government. In this context, marked by tensions, and aggravated by intermittent migrations, the issue of public cleaning caused meaningful challenges to particular sectors of the population, especially to the ones situated at the top and at the bottom of the social stratification pyramid of the city's Capital. For the local elites, leaders of the modernization process, without a drastic intervention, the city's beauty as well as its basic sanitation would be endangered by the poorest town residents. It was necessary to discipline the growth and hygienize the city in order to avoid the urban chaos. Moreover, solving this problem would imply in reaching insertion in modernity.

Keywords: urbanization, modernity, public cleaning.

O cenário: Natal na transição do século XIX para o século XX

Para os republicanos do Rio Grande do Norte, as benfeitorias realizadas na transição do século XIX para o XX, lançavam Natal nos trilhos da modernidade prometida pela nova forma de governo. Exemplo disso, além da simbólica inauguração do Teatro Carlos Gomes¹, fora a preocupação com a ocupação ordenada do solo, com a implantação do Plano Polidrelli, executado de 1901 a 1904, do qual resultou a criação de Cidade Nova, o então terceiro bairro da cidade² – origem dos atuais bairros Tirol e Petrópolis (LIMA, 2001).

Paulatinamente, o bairro Cidade Nova passou a abrigar considerável parcela da elite natalense. Embora as intervenções urbanísticas possuíssem caráter localizado, para os

* Mestre em Ciências Sociais – Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Rio Grande do Norte.

¹ Atual Teatro Alberto Maranhão.

² *Cidade Alta* e *Ribeira* foram os dois primeiros bairros de Natal.

defensores da República, cuja maior liderança era Pedro Velho de Albuquerque Maranhão³, suas obras eram prenúncios de uma nova era de amplo progresso para Natal e o Rio Grande do Norte (BUENO, 2002). Não obstante, as tensões sociais gradativamente ganharam vigor e foram reprimidas de forma sistemática. Na política partidária, o clientelismo e o paternalismo eram constantes. A saúde pública era precária e o crescimento populacional exacerbava suas deficiências. (SOUZA, 1989).

Com tamanhas dificuldades, cresceram significativamente as demandas por escolas, saneamento, transporte, saúde e habitação. Enfim, o traçado urbano e a infra-estrutura não mais atendiam a contento as amplas necessidades da coletividade. Em decorrência dessas e de outras questões, era preciso disciplinar o crescimento e higienizar a cidade para evitar o caos.

Foi no seio dessas tensões sociais que a elite natalense migrou gradativamente para os bairros Tirol e Petrópolis, originados com o plano urbanístico de *Cidade Nova*. De certa forma, desde a primeira década do século XX, a busca por moradias nessas áreas do município traduzia determinados receios dos setores abastados da sociedade local. Para estes segmentos sociais, mesmo com os melhoramentos realizados em Natal, a Cidade Alta e a Ribeira eram regiões infectas propícias à disseminação de epidemias (CASCUDO, 1999). Tal percepção da organização urbana desnudou o contraditório discurso calcado na modernidade, apregoado pelos governantes e seus aliados, desde o início da chamada República Velha (BUENO, 2002). Em 1909, Figuras como Elóy de Souza e Manuel Dantas⁴, por exemplo, tinham louvado as transformações ocorridas em Natal, com certas restrições apontadas pelo primeiro, e fizeram prognósticos otimistas para o futuro da cidade. “Não, propriamente, como ela pudesse vir a ser na realidade. Mas como a elite intelectual natalense desejava que ela fosse”, esclarece Lima (2000, p. 24).

A questão da higiene nos centros urbanos, reconhecida como essencial à saúde pública, foi emblemática na transição dos séculos XIX para o século XX. Nesse contexto, a crença na ciência, para os homens letrados, é inquestionável. Para estes, a ciência seria a redentora da humanidade (REZENDE, 1997). Também em Natal, a temática da higienização urbana ganhou projeção entre os segmentos instruídos da sociedade. Resolver a questão estratégica da limpeza pública era um desafio significativo e sem uma intervenção drástica nessa área dos serviços urbanos, afirmavam, o saneamento e o aformoseamento da cidade

³ Primeiro governador republicano do Rio Grande do Norte. Sob sua liderança formou-se a oligarquia Albuquerque Maranhão, cujo domínio político no Estado perdurou por mais de duas décadas (BUENO, 2002).

⁴ Intelectuais com militância em várias áreas, inclusive na jornalística, que no início do século XX conquistaram considerável reputação na sociedade natalense.

estariam comprometidos. Mais ainda, resolver essa questão implicaria em conquistar a inserção na modernidade (LIMA, 2003).

Ainda em 1886, a Inspeção de Saúde Pública, sob o comando do Dr. Pedro Velho de Albuquerque Maranhão⁵, apontava dois fatores como cruciais para os problemas sanitários de Natal: a má alimentação e o precário asseio da população, sendo a cidade caracterizada como uma imensa esterqueira⁶ a céu aberto (CASCUDO, 1999). Estávamos às vésperas da proclamação da República e novos temas emergiam na agenda governamental. A higiene corporal, e também a urbana, começaram a despertar maiores interesses.

A questão: Natal e os desafios da limpeza pública na Primeira República

Em Natal, às vésperas da proclamação da República, e mesmo após a mudança da forma de governo, a preocupação central das autoridades sanitárias era com as epidemias, cujo risco de propagação era creditado à ignorância dos munícipes; em especial, aos desvalidos da sociedade. Em relatório da Inspeção de Saúde Pública do Rio Grande do Norte, divulgado no dia 22 de fevereiro de 1886, essa percepção é expressa ao registrar que, na etiologia⁷ das várias moléstias presentes na cidade “mais do que as condições sanitárias do lugar, concorre o desleixo dos habitantes” (RIO GRANDE DO NORTE, 1886)⁸.

Após a proclamação da República, o tema volta com razoável frequência às mensagens dos governadores do Rio Grande do Norte encaminhadas ao Congresso Legislativo⁹. A partir de então, a preocupação com a salubridade do município ganha robustez e as vicissitudes da limpeza pública exigiram constante presença na agenda governamental. Nesse contexto, para além das aspirações dos administradores, uma potência infinitamente maior assim determinava: o *progresso*; palavra emblemática que para muitos representava “uma força sublime, um símbolo, pairando acima da vontade dos homens” (ARRAIS, 2004, p. 12). Para os defensores dessa concepção, o processo civilizatório desencadeado pelo progresso traria o inevitável triunfo sobre os problemas do mundo urbano.

⁵ O Dr. Pedro Velho de Albuquerque Maranhão tornou-se, três anos após, o primeiro governador republicano do Rio Grande do Norte.

⁶ Espécie de depósito de dejetos humanos.

⁷ Ramo da medicina que estuda as causas das doenças.

⁸ Cf. Relatório do Dr. Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, então inspetor de Saúde Pública do Rio Grande do Norte, Anexo 4, p.2, da Fala lida à Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte pelo presidente, José Moreira Alves da Silva, no dia 15 de março de 1886, ao instalar-se ela extraordinariamente. [Natal] Typ. do Correio do Natal, 1886.

⁹ Antiga denominação das atuais Assembléias Legislativas.

A mudança da forma de governo no Brasil trouxera no seu esteio o ideário do progresso, propagado em elaborado imaginário cujo objetivo era a legitimação do novo regime (CARVALHO, 1998). Na crítica dos republicanos, a Monarquia representava valores arcaicos enquanto a República era responsável pela batuta que regeria o progresso. Essa interpretação, embora repleta de idealismo, buscava fundamentação na racionalidade. Nada mais contraditório aos ideais racionais, por conseguinte, do que o acúmulo do lixo; seja em dependências particulares ou nas vias públicas. Na conjuntura aludida, já não era mais possível negligenciar os desafios impostos pela necessária reformulação dos serviços de limpeza urbana em Natal. Contudo, a dimensão do problema ainda não fora mensurada em sua plenitude.

Já ano seguinte ao triunfo da República no Brasil, o presidente estadual, Adolfo Affonso da Silva Gordo, criticou o próprio centro da cidade ao classificá-lo como das mais carentes áreas em higiene da capital (RIO GRANDE DO NORTE, 1890) O que de certa forma constituiu uma crítica indiscriminada a todos os segmentos sociais. A Cidade Alta era, ainda, o bairro residencial de setores privilegiados da sociedade natalense, o que evidencia a magnitude do problema a ser enfrentado. À época, era comum as pessoas acumularem detritos nos quintais, jogá-los nas ruas, no rio Potengi ou no mar.

O problema da higiene pública perdurou, entre outros, e um ano após a última mensagem governamental de Pedro Velho, era citado entre os nocivos problemas sanitários existentes em Natal, ressaltado no documento como “a absoluta falta de asseio que se observa nas nossas praças e ruas e até mesmo nas próprias habitações, convertidas em [...] focos de perniciosa infecção” (RIO GRANDE DO NORTE, 1896, Anexo 6, p. 2). Nesse mesmo documento o Dr. Manuel Segundo Wanderlei, então Inspetor de Higiene interino e médico adjunto do Hospital da Caridade, denunciou: “a maioria dos quintais é feita de latrina e as cloacas abertas na superfície do solo, adicionados a uma certa dose de ignorância condenável e incorrigível indolência de grande parte da população” (IDEM, p.).

Para combater essa situação sanitária, os republicanos que assumiram a administração estadual passaram a demonstrar crescente interesse pela questão da limpeza pública, em especial na capital do Estado (SOUZA, 2001). Decorreu daí uma das primeiras providências do Conselho de Intendência Municipal: a decretação de novas Posturas Urbanas, que a imprensa oficial procurou difundir. Nos seus primeiros artigos, constavam a implantação de uma taxa de 500 réis para as pessoas que ocupassem as casas do município pagarem em benefício do asseio urbano, e a abertura de concorrência para a contratação de empresa interessada na exploração do serviço de limpeza pública (A República, 1891). Era preciso

intensificar a luta contra os malefícios do acúmulo de detritos na cidade, sob pena de comprometer o projeto de modernização de Natal.

Dos esforços iniciais para a resolução do problema resultou a contratação, via concorrência pública, de José Gomes de Oliveira, a quem foi concedida a responsabilidade pela limpeza urbana. O transporte do lixo foi inicialmente realizado com o auxílio da tração animal, com a utilização de carroças atreladas a boi ou jumento. A qualidade e a regularidade do serviço prestado eram motivos de críticas contundentes. Em matéria publicada no jornal *A Republica*, em 8 de setembro de 1896, podia-se ler “As ruas e travessas da cidade continuam no mesmo estado [...]. O serviço da limpeza é feito com tal morosidade e incúria, que os caixões cheios de lixo, das casas e quintais, permanecem dias nas calçadas” (Apud SOUZA, 2001, p. 46). Contribuía para o desempenho insatisfatório o fato de existirem apenas duas carroças para fazer a coleta do lixo da cidade, ainda composta por apenas dois bairros, mas em pleno processo de expansão.

Ao deficiente serviço de coleta somava-se o problema da destinação final do lixo. Natal ainda não tinha um local específico para receber os detritos produzidos diariamente, em condições técnicas adequadas. A resultante imediata dessa situação foi a permanência de práticas condenáveis. Além dos tradicionais desrespeitos cometidos por populares, os próprios contratantes do serviço de limpeza pública continuaram a depositarem o lixo no leito do rio Potengi e nas praias da cidade. Tamanha era a constância do ato poluidor, que provocou a advertência da Capitania dos Portos quanto ao respeito à legislação vigente. Nas palavras transcritas pelo jornal *A República*, de 10 de setembro de 1897, constava “Tendo-se observado que [...] se deposita ao longo da praia, lixo, entulho e resíduos diversos, faço público, de ordem do Sr. Capitão do Porto, que é proibido por lei” (*A República*, 1897, p. 4).

Em Mensagem de 1900, o governador Alberto Maranhão, em seu primeiro mandato, anunciou várias medidas higiênicas. Entre essas, comunicou que o Governo do Estado passaria a colaborar com o serviço de limpeza urbana da capital, que era alvo de constantes reclamações da sociedade, de modo a garantir a regular higienização dos logradouros públicos e domicílios. Justificava essa medida, segundo o governador, a insuficiência dos recursos da Intendência Municipal para o desempenho satisfatório desse serviço (RIO GRANDE DO NORTE, 1900). Quatro anos depois dessa proposta, o relatório da Inspeção de Higiene Pública apresentado ao governador registrou o desalento em relação aos resultados obtidos pela parceria. Entre as observações apontadas constava que “sem um serviço regular de limpeza pública, sem esgotos, sem calçamento, sem arborização adequada, latrinas à superfície do solo, nossa capital será constante presa dos assaltos morbígenos” (RIO

GRANDE DO NORTE, 1904). A ineficiência persistiu indiscutível e desafiou os governantes e seus ideais de modernidade.

Embora na área da saúde coletiva a preocupação central ainda fosse com as epidemias, moléstias temidas e citadas em mensagens por todos os governadores da Primeira República, era cada vez mais visível que limpeza urbana e saúde pública eram indissociáveis; a ausência da primeira acarretava sérios danos à segunda.

Movido por essa concepção o governador Alberto Maranhão, no início do seu segundo mandato, solicitou ao Congresso Legislativo a responsabilidade integral pelos serviços de limpeza urbana da capital. A cidade já contava com três bairros, os dois iniciais acrescidos de Cidade Nova. Atendido em seu pleito, o governador não teve inicialmente muito o que comemorar: a limpeza pública continuou deficiente e não atendia de forma satisfatória a todas as vias da cidade. A necessária urgência na tomada de decisões levou o governador a anunciar medidas mais consistentes. Tomando por base o relatório da Inspeção de Higiene Pública, Alberto Maranhão descreveu trechos do plano para aplicação na higiene pública: “o serviço de limpeza nas ruas, nas casas e nos quintais, sob uma imediata e constante inspeção domiciliar, com a cremação de todo o lixo da cidade” (RIO GRANDE DO NORTE, 1909, p.13).

Nesse documento, o governo propunha uma novidade técnica: a incineração em larga escala do lixo urbano. Mas os recursos eram escassos. O próprio governador comunicara que no último ano nenhuma obra fora construída em Natal com verbas oriundas do governo do Estado, em virtude da forçosa economia pecuniária. Em síntese, o sonho da cidade moderna estava longe e as melhorias indispensáveis exigiam somas consideráveis. A solução proposta por Alberto Maranhão foi a realização de um empréstimo externo a bancos franceses. Os objetivos oficiais seriam o combate à seca e a realização dos melhoramentos exigidos pela população, em particular os solicitados por segmentos da elite natalense vinculados aos interesses da oligarquia Maranhão.

Negociada a autorização do empréstimo, o governo solicitou a estadualização de uma série de serviços e lançou o Decreto nº 216, de fevereiro de 1910, previamente autorizado pela Lei nº 269, de 16 de novembro do ano anterior. Esse Decreto promoveu a unificação dos serviços de iluminação, água, esgotos, viação urbana e limpeza pública, para a promoção do saneamento e melhoramentos de Natal. “Esses mesmos serviços, alguns dos quais – os que propriamente entendem com a higiene pública – como os de água, esgotos e limpeza pública, devem ser decretados obrigatoriamente” (RIO GRANDE DO NORTE, 1910, p. 24). A

resolução dos problemas estava longe; entretanto, a questão da limpeza pública começava a ocupar espaços antes não conquistados.

Mediante contrato com a Empresa Valle Miranda & Domingos Barros, o governo autorizou uma série de obras na cidade com os recursos oriundos do empréstimo realizado na França. Nos últimos meses de 1910, alguns desses melhoramentos planejados já eram reais. O governador considerou o empréstimo externo como decisivo: “com ele conseguimos a realização de melhoramentos insistentemente reclamados pela saúde pública nesta cidade” (RIO GRANDE DO NORTE, 1910, p. 37).

As críticas, entretanto, não pararam. Ao contrário disso as relacionadas com a questão da limpeza pública, entre outras, tornaram-se presenças constantes na coluna *Ecos e Notícias*, publicada na primeira página do *Diário do Natal*. Em uma dessas matérias, o jornal denunciou que “em diversos pontos desta cidade, [...] encontram-se a cada passo montões de lixo, conservados pela Empresa de Melhoramentos [...] a encarregada de removê-lo. O povo precisa saber se o lixo também faz parte do *progresso*”. (Diário do Natal, 1912, p.1, grifo nosso). A permanência do lixo nas ruas da cidade denunciava os limites dos melhoramentos na cidade. Em outra matéria publicada na mesma coluna, o jornal oposicionista abriu espaço para as reclamações dos moradores da Rua Voluntários da Pátria, situada em pleno centro da cidade, contra a sujeira ali reinante (Diário do Natal, 1912).

Natal já ganhara diversas melhorias e a iluminação pública trouxera júbilo. Tanto para os governantes e intelectuais elitizados, quanto para as pessoas mais simples, expressiva maioria da população. Para diferentes setores sociais, a modernidade chegara com a energia elétrica simbolizada no clarão que iluminava a noite e vencida os limites impostos pela natureza (ANDRADE, 2006). Mas a aparente insolubilidade da limpeza urbana refreava os ânimos e assinalava o caráter efêmero dos êxitos alcançados. Era preciso ir além, e na concepção do governador, a solução para o problema estava próxima. Afinal, segundo a visão da elite letrada, o progresso não poderia ser detido.

Apesar das dificuldades enfrentadas, Alberto Maranhão comemorou os resultados obtidos por sua administração. De acordo com o governador, os melhoramentos implantados na cidade atraíram numerosos moradores para Natal. Por esse ângulo, observou, as mudanças ocorridas na cidade eram louváveis. Mas à medida que a população aumentava cresciam os déficits habitacionais e sanitários da capital. Portanto, novas medidas eram imprescindíveis. Na mensagem anual de 1912, o governador Alberto Maranhão registrou aquilo que imaginava ser a solução para o problema dos detritos produzidos na cidade, ao anunciar que “no dia 1º de setembro último inaugurou-se o forno de incineração do lixo, a cargo da Empresa de

Melhoramentos, conforme o respectivo contrato” (RIO GRANDE DO NORTE, 1912, p. 17). Para o governante, a técnica da incineração dos resíduos era a mais apropriada para vencer os desafios da limpeza urbana. De modo que a inauguração do forno foi saudada como um marco para a higienização de Natal.

A tecnologia da queima do lixo fora uma criação inglesa implementada em 1874, em pleno contexto da Segunda Revolução Industrial, quando inauguraram o primeiro incinerador em Nottingham. No Brasil os recursos técnicos da incineração foram instalados pelos britânicos, em 1896, na cidade de Manaus (CONFORTIN, 2001), no rastro do progresso fugaz propiciado pela exportação da borracha. Assim, sob a aura protetora da modernidade, os incineradores se multiplicaram pelo mundo e conquistaram efusivas simpatias.

Em determinados períodos, as precárias condições da higiene pública eram exacerbadas. Nas primeiras décadas do século XX, o flagelo da seca provocou vigorosas migrações procedentes das áreas rurais do Rio Grande do Norte. Não era um fenômeno isolado, o Nordeste brasileiro já sofrera incontáveis estiagens e os deslocamentos para os maiores centros urbanos eram constantes. Entre outros problemas, a chegada de milhares de retirantes à capital do Estado agravava a situação sanitária e os desafios impostos ao serviço de limpeza pública (FERREIRA; DANTAS, 2006).

A questão da salubridade urbana estava longe de uma solução satisfatória. Se as condições sanitárias de Natal (em função de sua localização litorânea) eram favorecidas pela natureza, o mesmo não poderia se dizer das ações humanas, responsabilizadas pelas mazelas sanitárias. Em 1921 o governo criara a Repartição dos Serviços Urbanos (FERREIRA; DANTAS, 2006), mas a limpeza pública mostrava sinais de crônica deficiência. Tornara-se óbvio que novas medidas eram necessárias para minimizar a situação.

E elas vieram em novembro de 1924, quando José Augusto Bezerra de Medeiros apresentou a sua primeira mensagem governamental ao Congresso Legislativo, criando a Comissão de Saneamento de Natal. Era uma outra investida do Poder Público no sentido da modernização. Na avaliação do governador só o saber organizado, tido como característico do seu tempo, poderia ser o passaporte para a inserção na modernidade. Portanto deveria ser a meta almejada na elaboração e execução do saneamento da capital do Estado, pois aquela era “uma hora histórica em que a inteligência e o saber dominam todos os ramos da atividade social” (RIO GRANDE DO NORTE, 1924, p. 35).

Nesse conturbado cenário, a questão do lixo urbano em Natal continuava a desafiar gestores e cidadãos comuns. O forno de incineração, cuja menção reaparece nos documentos oficiais de 1927, ainda era citado como indispensável para a resolução do problema da

limpeza pública. De modo que a debilidade da sua estrutura física era motivo de preocupação.

Ao comentar sua relevância, José Augusto Bezerra de Medeiros afirmou que

“o velho forno de incineração reconstruído, tem produzido o máximo, queimando **inteiramente** o lixo coletado pela Intendência Municipal nos últimos três anos [...]. Ultimamente, porém, o forno, com o trabalho intensivo, começou a cair; sendo suspenso seu funcionamento, para sofrer reparo geral, cujo orçamento foi calculado em três contos de Réis”.

(RIO GRANDE DO NORTE, 1927, p. 119, grifo nosso)

Inaugurado em 1912, o velho incinerador já não suportava a demanda proveniente das ruas, implorava novos reparos e fora interditado. Depois de 15 anos de sua inauguração, intercalada por reconstrução, e já em ruínas, o forno do lixo estava prestes a passar por mais uma reforma.

Quando Juvenal Lamartine de Faria assumiu o governo e deu continuidade à oligarquia então dominante no cenário estadual, procurou radicalizar na questão da higiene pública, por meio da Polícia Sanitária, e declarou sobre suas atribuições: “Ela afasta as imundices, exige que o lixo seja depositado em caixas metálicas, evita que águas servidas sejam lançadas à flor da terra, constroe redes de esgotos [...], etc.”. (RIO GRANDE DO NORTE, 1928, p. 31). Diante da gravidade do problema, a intervenção do governo na questão sanitária passou a utilizar métodos repressivos. Mas também utilizava a persuasão e sugeria aos proprietários a limpeza dos quintais.

Em 1º de outubro, coube a Juvenal Lamartine anunciar a realização de várias obras no âmbito dos serviços públicos. Quanto à limpeza urbana, o governador comunicou a reconstrução do forno de incineração. Aveso à idéia do erário estadual bancar determinados serviços públicos, Juvenal Lamartine expressou o desejo de novamente “alienar [...] esses serviços a uma empresa idônea, que possa desenvolver em proveito da nossa capital e do público” (RIO GRANDE DO NORTE, 1928, p. 76).

No ocaso da chamada República Velha, os desafios impostos aos gestores persistiam e ganharam vulto com o crescimento da cidade. Embora já presidisse a Intendência Municipal, em 1929, o Dr. Omar O`Grady foi nomeado prefeito de Natal. Era um administrador comprometido com o ideal modernizador e que pregou o planejamento como estratégia de ordenamento urbano. Em abril do ano citado, assinara contrato com o arquiteto Giacomo Palumbo para o macrozoneamento da cidade. Natal contava com pouco mais de 35 mil habitantes (DANTAS; DANTAS; FERREIRA, 2006) que assistiriam, no último ano daquela década, ao desfecho daquilo que a historiografia brasileira consagrou como a Revolução de 1930. Um novo discurso modernizador, também marcado por contradições, buscava destituir

aquele alicerçado nos interesses oligárquicos. Nessa conjuntura, os resíduos do progresso em Natal já suplantavam a capacidade do simbólico incinerador que, nos desafios da limpeza urbana revelou suas limitações e, para além da queima do lixo, chamuscou a idéia de modernidade.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Alenuska. À luz da modernização a modernidade da luz: a introdução da energia elétrica em Natal. In: FERREIRA, Ângela Lúcia; DANTAS, George (Orgs.). **Surge et ambula: a construção de uma cidade moderna (Natal, 1890-1940)**. Natal: EDUFRN, 2006. p. 87-106.

ARRAIS, Raimundo. **O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.

BUENO, Almir de Carvalho. **Visões de República: idéias e práticas políticas no Rio Grande do Norte (1880-1895)**. Natal: EDUFRN, 2002.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da Cidade do Natal**. Natal: RN Econômico, 1999.

CONFORTIN, Ana Cristina. **Estudo dos resíduos de serviços de saúde do Hospital Regional do Oeste/SC**. 2001. 209 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

DANTAS, George; DANTAS, Ana Caroline; FERREIRA, Ângela Lúcia. Ecletismo e modernidade em Giacomo Palumbo: arquitetura e urbanismo nos anos 1920 e 1930. In: FERREIRA, Ângela Lúcia; DANTAS, George (Orgs.). **Surge et ambula: a construção de uma cidade moderna (Natal, 1890-1940)**. Natal: EDUFRN, 2006. p. 199-214.

LIMA, Pedro de. **O mito da fundação de Natal e a construção da cidade moderna segundo Manoel Dantas**. Natal: Cooperativa Cultural, 2000.

_____. **Natal século XX: do urbanismo ao planejamento urbano**. Natal: EDUFRN, 2001.

_____. **Saneamento e modernização em Natal: Januário Cicco, 1920**. Natal: Sebo Vermelho Edições, 2003.

LIXO na rua. **Diário do Natal**, Natal, p.1, 24 jul. 1912.

RIO GRANDE DO NORTE. Mensagem dirigida ao Congresso Constituinte do Estado do Rio Grande do Norte, pelo seu governador, o Juiz de Direito aposentado, Francisco Amyntas da Costa Barros, em 10 de junho de 1891. Natal: Typografia do Rio Grande do Norte, 1891.

_____. Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Rio Grande do Norte, pelo Dr. Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, governador do Estado, por ocasião de abrir-se a sessão extraordinária da 2ª legislatura, em 31 de janeiro de 1895. Natal: Typografia d'A República, 1896.

_____. Mensagem dirigida pelo governador Dr. Joaquim Ferreira Chaves Filho, ao Congresso Legislativo do Estado do Rio Grande do Norte, ao abrir-se a 2ª sessão ordinária da 2ª legislatura, em 15 de julho de 1896, acompanhada do Relatório da Secretaria e anexos. Natal: Typografia d'A República, 1896.

_____. Mensagem lida perante o Congresso Legislativo do Estado, na abertura da terceira sessão da terceira legislatura, pelo governador Alberto Maranhão. Natal: 1900.

_____. Mensagem apresentada pelo governador Alberto Maranhão ao passar o governo do Estado ao Dr. Augusto Tavares de Lyra, no dia 25 de março de 1904. Natal: Typografia d’A República, 1904.

_____. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo, na abertura da terceira sessão da sexta legislatura, em 1º de novembro de 1909, pelo governador Alberto Maranhão. Natal: Typografia d’A República, 1909.

_____. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo, na abertura da primeira sessão da sétima legislatura, em 1º de novembro de 1910, pelo governador Alberto Maranhão. Natal: Typografia d’A República, 1910.

_____. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo, na abertura da terceira sessão da sétima legislatura, em 1º de novembro de 1912, pelo governador Alberto Maranhão. Natal: Typografia d’A República, 1912.

_____. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo, na abertura da primeira sessão da oitava legislatura, pelo governador Alberto Maranhão. Natal: Typografia d’A República, 1913.

_____. Mensagem lida perante o Congresso Legislativo na abertura da primeira sessão da 12ª legislatura, em 1º de novembro de 1924, pelo governador José Augusto Bezerra de Medeiros. Natal: Tipografia d’A República, 1924.

_____. Mensagem lida perante o Congresso Legislativo na abertura da primeira sessão da 14ª legislatura, em 1º de outubro de 1927, pelo presidente José Augusto Bezerra de Medeiros. Natal: Tipografia d’A República, 1927.

_____. Mensagem apresentada pelo presidente do Estado do Rio Grande do Norte [Juvenal Lamartine de Faria] à Assembléia Legislativa e lida na abertura da primeira sessão da 14ª legislatura, em 1º de outubro de 1928. Natal: Imprensa Oficial do Estado, 1928.